

Não vamos pagar essa conta!	01
IG Metall quer contrato mais longo diante da crise	02
Greve geral contra governo Berlusconi paralisa a Itália	03
CAW quer salvar Daimler Sterling	03
Para compreender a crise financeira	04

## INTERNACIONAL

### Não vamos pagar essa conta!

#### Não vamos pagar essa conta, diz Sérgio Nobre sobre a crise mundial

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, afirmou que está na hora de impor limites à especulação financeira mundial. Segundo ele, os sintomas da crise não repercutiram na categoria e afirma que o Brasil pode sair fortalecido se apostar no potencial do seu mercado interno.



#### É possível reagir às conseqüências da crise da especulação?

Não podemos é entrar nessa onda de pessimismo. Trata-se de uma crise gerada pela agiotagem. Os bancos tornaram o mundo um cassino, no qual o lucro fácil e rápido se sobrepõe à economia real. O Brasil pode reagir pelo mercado interno e continuar estimulando o consumo e a produção.

#### Mas só mercado interno basta?

Foi olhando para o mercado interno que o Brasil conseguiu boa parte dos sucessivos crescimentos do seu PIB. É explorando o potencial desse mercado que poderá superar a turbulência e até se fortalecer. Valorização dos salários, distribuição de renda e criação de empregos geram consumo e mais produção. É essa a roda que pode fazer o país superar qualquer dificuldade.

Analistas afirmam que a escassez de crédito no mundo já é um primeiro sintoma... O governo federal afirmou que tem instrumentos para manter o volume de crédito e financiar a produção. Não privatizamos a Caixa e o Banco do Brasil como queria o governo anterior. Esse dois bancos públicos são os principais financiadores da construção civil e da agricultura. Podemos ainda contar com o BNDES e demais agências públicas de financiamento e medidas que injetem mais dinheiro na economia.

#### Os bancos privados não parecem solidários a essa idéia?

É verdade. Os bancos não querem assumir riscos e já falam em aumentar os juros. Tem banco em fábrica da categoria que ameaça aumentar as taxas do empréstimo consignado, o que é um absurdo. Por isto que o presidente Lula ameaçou os bancos que pegam dinheiro para aplicar em títulos ao invés do crédito para a produção.

#### Como o movimento sindical pode agir?

Acho que o papel do Sindicato e da CUT nesse momento, amparados na mobilização dos trabalhadores, é o de cutucar as empresas a procurar novas oportunidades, exigir que elas cumpram seus planos de investimento em expansão.

A melhor saída contra a especulação é a produção.

### Mas o governo deve agir também...

Claro. Temos de cobrar o governo também. Além de agir contra os efeitos da especulação, devemos exigir a manutenção de todos os programas sociais e dos investimentos públicos, como os do PAC. É importante ainda cobrar do Banco Central a redução na taxa básica de juros.

### Há uma "torcida imbecil" para a crise afetar a economia

O presidente Lula afirmou no domingo que existe no País uma "torcida imbecil" para que a crise financeira internacional afete a economia brasileira. Segundo ele, algumas pessoas estariam desejando que a turbulência impacte negativamente os projetos de desenvolvimento do governo.

"Essa é uma torcida imbecil porque se essa crise vier, ela não vai vir para mim, vai vir para o Brasil e para o povo brasileiro", disse no comício em São Bernardo. Lula ressaltou, porém, que a crise não vai afetar os planos do governo, nem o desenvolvimento nacional.

### Sem mudanças

O presidente afirmou que irá fortalecer o mercado interno para que o Brasil atravesse a turbulência e se prepare para despontar como uma potência depois desse período.

Segundo ele, nem o governo e nem as principais empresas modificaram seus planos de investimento e que nenhuma mudança brusca nos rumos da economia é necessária, pois o Brasil fez sua lição de casa e está preparado para enfrentar um possível cenário desfavorável. "Quando todo mundo queria que gastássemos, nós guardamos dinheiro. É por isso que temos recursos para garantir o crédito."

Segundo Lula, mesmo com todas as incertezas, a economia continuará registrando números positivos. Ele ressaltou, entretanto, que para alcançar esses resultados é preciso que o mercado interno continue aquecido. Por isso, o presidente fez um apelo à população: "Continuem comprando as coisas que precisam". (*Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 20.10.2008*)

## IG Metall quer contrato mais longo diante da crise

O presidente do sindicato dos metalúrgicos alemães, Berthold Huber, disse em entrevista ao semanário Der Spiegel que estão considerando a possibilidade de fazer um acordo de duração mais longa neste ano como resposta à incerteza da situação econômica.

"Um contrato mais longo deve ser do interesse dos patrões também. Um contrato de 20 meses ou mais, ao invés de 12 meses, é algo possível", ele disse.

O IG Metall está reivindicando um aumento de 8% nos salários dos trabalhadores do setor mecânico e elétrico. Esse pedido é o maior nos últimos 16 anos para o setor que congrega 3,6 milhões de trabalhadores. As negociações começaram neste mês em diversos estados alemães.



Os patrões estão oferecendo aumento igual ao da inflação deste ano e querem a conclusão rápida das negociações, segundo o porta-voz da associação empresarial. "Até agora tem sido possível a assinatura de contratos com aumentos alinhados com a inflação. Isso deverá continuar como no passado", disse Martin Kannegiesser, presidente da Gesamtmetall. Para ele os sindicatos estão reivindicando muito numa situação de fraqueza econômica, e isso "poderá levar à perda de empregos". A inflação alemã neste ano deve ficar em torno de 3%.

O sindicato disse que o novo contrato deverá ser uma melhoria no contrato anterior que conquistou dois aumentos de 4,1% e 1,7% respectivamente. O contrato atual vai terminar no final deste mês e o sindicato deverá intensificar a sua campanha com a realização de greves e manifestações. O processo de negociações poderá estender-se até meados de novembro.

## Greve geral contra governo Berlusconi paralisa a Itália

Trabalhadores dos setores público e privado fazem uma greve geral de 24 horas na Itália contra o governo de Silvio Berlusconi. A atual crise financeira agravou a situação econômica no país. Segundo levantamento da Caritas Italiana, cerca de 7,5 milhões de pessoas (13% da população) estão vivendo em situação de pobreza.

Em meio à atual crise financeira que abalou o mundo, o governo injetou 20 bilhões de euros para salvar bancos do país. Ao mesmo tempo, propõe uma reforma na educação que prevê um corte de mais de 83 mil postos de trabalho.

A Itália parou na sexta-feira passada por 24 horas em uma greve dos trabalhadores do setor público e privado, da indústria, dos transportes e das escolas. A greve geral organizada pela Confederação dos Comitês de Base (Cobas), Confederação Unitária de Base (Cub) e Sindicato dos Trabalhadores de todas as categorias (Sdl), expõe o fracasso do governo de coalizão primeiro ministro Silvio Berlusconi com o partido de extrema direita Liga no Norte.

Além da greve geral desta sexta, já estão marcadas várias outras mobilizações: entre os dias 21 e 23, manifestações da União dos Estudantes; dia 30, greve geral organizada pelos sindicatos Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), Confederação Italiana dos Sindicatos do Trabalhadores (CISL) e União Italiana do Trabalho (UIL) e dia 14 de novembro, paralisação de nacional das universidades públicas.

Os grevistas pedem um aumento geral dos salários e pensões; introdução de um mecanismo que aumente os salários quando aumentam os preços em geral; defesa dos serviços públicos, dos bens comuns, do estado de direito e de saúde, do direito à casa e a instrução. As mobilizações também representam um protesto contra o novo modelo de contrato de trabalho que prevê a limitação de representação sindical proposto pela Confederação das Indústrias e contra a nova reforma escolar que prevê classes separadas para alunos italianos e estrangeiros que não falam italiano.

Segundo os organizadores, essa onda de greves é um grito contra um governo que não prioriza os interesses do país, mas sim o de alguns grupos privados. Um exemplo disso é a empresa Alitalia que acabou dividida e vendida a um grupo próximo ao presidente Berlusconi. Outro alvo de protesto é a lei Lodo-Alfano, que bloqueou por cinco anos todos os processos contra representantes do Estado. *(Janaina Cesar – Especial para Carta Maior, 17.10.2008)*

## CAW quer salvar Daimler Sterling



O presidente do sindicato dos trabalhadores automotivos do Canadá (CAW) **Ken Lewenza** afirmou que diretores da Daimler Trucks Ihe disseram que “dinheiro nenhum do mundo” pode mudar o fato de que a empresa pretende fechar a fábrica de St. Thomas, província de Ontário, no próximo ano.

O dirigente automotivo fez essa declaração aos jornais em Windsor, onde ele se encontrava propondo que a Daimler venda a planta ao invés de simplesmente fechá-la. Ele se encontrou com Chris Patterson, o presidente da Daimler Trucks North America.

**Ken Lewenza é o novo presidente do Canadian Auto Workers depois da aposentadoria de Buzz Hargrove**

“O sr. Patterson deixou bastante claro que todo o investimento do mundo não conseguirá, neste momento em particular, produzir um caminhão que venda neste mercado”, Lewenza disse.

Lewenza acrescentou que o governo federal deveria ser mais agressivo na defesa dos empregos industriais no Canadá. “Nós vamos continuar exigindo que o governo federal levante e diga: “se você quer vender no Canadá, você deve fabricar no Canadá. Você tem que mostrar um compromisso com a economia canadense e com os trabalhadores canadenses”, ele disse.

O sindicato está pensando em mudar a terminologia no acordo final de fechamento para que a fábrica possa ser reaberta se houver melhoria no mercado. Lewenza disse que a Daimler Ihe disse que vai considerar essa situação. Ele vai agora entrar em contato com o presidente da Daimler AG Dieter Zetsche para marcar uma reunião na Alemanha.

A Daimler disse que vai fechar a planta no próximo mês de março, liquidando com dois mil empregos.

## Para compreender a crise financeira

Mercados internacionais de crédito entraram em colapso e há risco real de uma corrida devastadora aos bancos. Por que o pacote de 700 bilhões de dólares, nos EUA, chegou tarde e é inadequado. Quais as causas da crise, e sua relação com o capitalismo financeirizado e as desigualdades. Há alternativas?

Depois de terem vivido uma segunda-feira de pânico, os mercados financeiros operam, hoje, em meio a muito nervosismo. A bolsa de valores de Tóquio caiu mais 3%, apesar de o Banco do Japão injetar mais 10 bilhões de dólares no sistema bancário. Na Europa, há pequena recuperação das bolsas, diante de rumores sobre uma redução coordenada das taxas de juros, pelos bancos centrais. Em contrapartida, anunciou-se que a situação do Royal Bank of Scotland (RBS) pode ser crítica — e que outros bancos estariam sob forte pressão.

A crise iniciada há pouco mais de um ano, no setor de empréstimos hipotecários dos Estados Unidos, viveu dois repiques, nos últimos dias. Entre 15 e 16 de setembro, a falência de grandes instituições financeiras norte-americanas [1] deixou claro que a devastação não iria ficar restrita ao setor imobiliário. No início de outubro, começou a disseminar-se a sensação de que o pacote de 700 bilhões de dólares montado pela Casa Branca para tentar o resgate produziria efeitos muito limitados. Concebido segundo a lógica dos próprios mercados (o secretário do Tesouro, Henry Paulson, é um ex-executivo-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs), o conjunto de medidas socorre com dinheiro público as instituições financeiras mais afetadas, mas não assegura que os recursos irriquem a economia, muito menos proteja as famílias endividadas.

Deu-se então um colapso nos mercados bancários, que perdura até o momento. Apavoradas com a onda de falências, as instituições financeiras bloquearam a concessão de empréstimos — inclusive entre si mesmas. Este movimento, por sua vez, multiplicou a sensação de insegurança, corroendo o próprio sentido da palavra crédito, base de todo o sistema. A crise alastrou-se dos Estados Unidos para a Europa. Em dois dias, cinco importantes bancos do Velho Continente naufragaram [2].

**Desconfiados da solidez dos bancos, os correntistas podem sacar seus depósitos, o que provocaria nova onda de quebras e devastaria a confiança na própria moeda. Em tempos de globalização, seria "a mãe de todas as corridas contra os bancos"**

Muito rapidamente, o terremoto financeiro começou a atingir também a chamada "economia real". Por falta de financiamento, as vendas de veículos caíram 27% (comparadas com o ano anterior) em setembro, recuando para o nível mais baixo nos últimos 15 anos. Em 3 de outubro, a General Motors brasileira colocou em férias compulsórias os trabalhadores de duas de suas fábricas (que produzem para exportação), num sinal dos enormes riscos de contágio internacional. Diante do risco de recessão profunda, até os preços do petróleo cederam, caindo neste 6/10 a 90 dólares por barril — uma baixa de 10% em apenas uma semana. A tempestade afeta também o setor público. Ao longo da semana, os governantes de diversos condados norte-americanos mostraram-se intranquilos diante da falta de caixa. O governador da poderosa Califórnia, Arnold Schwarzenegger, anunciou em 2 de outubro que não poderia fazer frente ao pagamento de policiais e bombeiros se não obtivesse, do governo federal, um empréstimo imediato de ao menos 7 bilhões de dólares.

Nos últimos dias, alastrou-se o pavor de algo nunca visto, desde 1929: desconfiados da solidez dos bancos, os correntistas poderiam sacar seus depósitos, o que provocaria nova onda de quebras e devastaria a confiança na própria moeda. Em tempos de globalização, seria "a mãe de todas as corridas contra os bancos", segundo a descreveu o economista Nouriel Roubini, que se tornou conhecido por prever há meses, com notável precisão, todos os desdobramentos da crise atual.

Os primeiros sinais deste enorme desastre já estão visíveis. Em 2 de outubro, o Banco Central (BC) da Irlanda sentiu-se forçado a tranquilizar o público, anunciando aumento no seguro estatal sobre 100% dos depósitos confiados a seis bancos. Na noite de domingo, foi a vez de o governo alemão tomar atitude semelhante. Mas as medidas foram tomadas de modo descoordenado, porque terminou sem resultados concretos, no fim-de-semana, uma reunião dos "quatro grandes" europeus [3], convocada pelo presidente francês, para buscar ações comuns contra a crise. Teme-se, por isso, que as iniciativas da Irlanda e Alemanha provoquem pressão contra os bancos dos demais países europeus, onde não há a mesma garantia. Além disso, suspeita-se que as autoridades estejam passando um cheque sem fundos. Na Irlanda, o valor total do seguro oferecido pelo BC equivale a mais do dobro do PIB do país...

>>>>>>>>>>



Também neste caso, os riscos de contágio internacional são enormes. Roubini chama atenção, em especial, para as linhas de crédito no valor de quase 1 trilhão de dólares entre os bancos norte-americanos e instituições de outros países. É por meio deste canal, hoje bloqueado, que o risco de quebra de bancária se espalha pelo mundo. Mesmo em países menos próximos do epicentro da crise, como o Brasil, as conseqüências já são sentidas. Na semana passada, o Banco Central viu-se obrigado a estimular os grandes bancos, por meio de duas resoluções sucessivas, a comprar as carteiras de crédito dos médios e pequenos – que já enfrentam dificuldades para captar recursos.

Em conseqüência de tantas tensões, as bolsas de valores da Ásia e Europa estão viveram, na segunda-feira (6/10) um dia de quedas abruptas. Na primeira sessão após a aprovação do pacote de resgate norte-americano, Tóquio perdeu 4,2% e Hong Kong, 3,4%. Quedas entre 7% e 9% ocorreram também em Londres, Paris e Frankfurt. Em Moscou, a bolsa despencou 19%. Em todos estes casos, as quedas foram puxadas pelo desabamento das ações de bancos importantes. Em São Paulo, os negócios foram interrompidos duas vezes, quando quedas drásticas acionaram as regras que mandam suspender os negócios em caso de instabilidade extrema. Apesar da intervenção do Banco Central, o dólar chegou a R\$ 2,20.

A esta altura, todas as análises sérias coincidem em que não é possível prever nem a duração, nem a profundidade, nem as conseqüências da crise. Nos próximos meses, vai se abrir um período de fortes turbulências: econômicas, sociais e políticas. As montanhas de dinheiro despejadas pelos bancos centrais sepultaram, em poucas semanas, um dogma cultuado pelos teóricos neoliberais durante três décadas.

**Até o momento, tem prevalecido, entre os governos, uma postura um tanto curiosa: eles abandonam às pressas o discurso da excelência dos mercados, apenas para... desviar rios de dinheiro público às instituições dominantes destes mesmos mercados.**

Como argumentar, agora, que os mercados são capazes de se auto-regular, e que toda intervenção estatal sobre eles é contra-producente?

Mas, há uma imensa distância entre a queda do dogma e a construção de políticas de sentido inverso. Até o momento, tem prevalecido, entre os governos, uma postura um tanto curiosa: eles abandonam às pressas o discurso da excelência dos mercados, apenas para... desviar rios de dinheiro público às instituições dominantes destes mesmos mercados.

O pacote de 700 bilhões de dólares costurado pela Casa Branca é o exemplo mais acabado deste viés. Nouriel Roubini considerou-o não apenas "injusto", mas também "ineficaz e ineficiente". Injusto porque socializa prejuízos, oferecendo dinheiro às instituições financeiras (ao permitir que o Estado assuma seus "títulos podres") sem assumir, em troca, parte de seu capital. Ineficaz porque, ao não oferecer ajuda às famílias endividadadas — e ameaçadas de perder seus imóveis —, deixa intocada a causa do problema (o empobrecimento e perda de capacidade aquisitiva da população), atuando apenas sobre seus efeitos superficiais. Ineficiente porque nada assegura (como estão demonstrando os fatos dos últimos dias) que os bancos, recapitalizados em meio à crise, disponham-se a reabrir as torneiras de crédito que poderiam irrigar a economia. Num artigo para o Financial Times (reproduzido pela Folha de São Paulo), até mesmo o mega-investidor George Soros defendeu ponto-de-vista muito semelhantes, e chegou a desenhar as bases de um plano alternativo.

Outras análises vão além. Num texto publicado há alguns meses no Le Monde Diplomatique, o economista francês François Chesnais chama atenção para algo mais profundo por trás da financeirização e do culto à auto-suficiência dos mercados. Ele mostra que as décadas neoliberais foram marcadas por um enorme aumento na acumulação capitalista e nas desigualdades internacionais. Fenômenos como a automação, a deslocalização das empresas (para países e regiões onde os salários e direitos sociais são mais deprimidos) e a emergência da China e Índia como grandes centros produtivos rebaixaram o poder relativo de compra dos salários. O movimento aprofundou-se quando o mundo empresarial passou a ser regido pela chamada "ditadura dos acionistas", que leva os administradores a perseguir taxas de lucros cada vez mais altas. O resultado é um enorme abismo entre a capacidade de produção da economia e o poder de compra das sociedades. Na base da crise financeira estaria, portanto, uma crise de superprodução semelhante às que foram estudadas por Marx, no século retrasado. Ao liquidar os mecanismos de regulação dos mercados e redistribuição de renda introduzidos após a crise de 1929, o capitalismo neoliberal teria reinvocado o fantasma.>>>

Marx via nas crises financeiras os momentos dramáticos em que o proletariado reuniria forças para conquistar o poder e iniciar a construção do socialismo. Tal perspectiva parece distante, 125 anos após sua morte. A China, que se converteu na grande fábrica do mundo, é governada por um partido comunista. Mas, longe de ameaçarem o capitalismo, tanto os dirigentes quanto o proletariado chinês empenham-se em conquistar um lugar ao sol, na luta por poder e riqueza que a lógica do sistema estimula permanentemente.

Ao invés de disputar poder e riqueza com os capitalistas, não será possível desafiar sua lógica? O sociólogo Immanuel Wallerstein, uma espécie de profeta do declínio norte-americano, defendeu esta hipótese corajosamente no Fórum Social Mundial de 2003 - quando George Bush preparava-se para invadir o Iraque e muitos acreditavam na perenidade do poder imperial dos EUA.

**Wallerstein vê nos sistemas públicos de Saúde, Educação e Previdência algo que pode ser multiplicado, e que gera relações sociais anti-sistêmicas. Se todos tivermos direito a uma vida digna, quem se preocupará em acumular dinheiro?**

Em outro artigo, publicado recentemente no Le Monde Diplomatique Brasil, Wallerstein sugere que a crise tornará o futuro imediato turbulento e perigoso. Mas destaca que certas conquistas sociais das últimas décadas criaram uma perspectiva de democracia ampliada, algo que pode servir de inspiração para caminhar politicamente em meio às tempestades. Refere-se à noção segundo a qual os direitos sociais são um valor mais importante que os lucros e a acumulação privada de riquezas. Vê nos sistemas públicos (e, em muitos países, iguais) de Saúde, Educação e Previdência algo que pode ser multiplicado, e que gera relações sociais anti-sistêmicas. Se a lógica da garantia universal a uma vida digna puder ser ampliada incessantemente; se todos tivermos direito, por exemplo, a viajar pelo mundo, a sermos produtores culturais independentes e a terapias (anti-)psicanalíticas, quem se preocupará em acumular dinheiro?

O neoliberalismo foi possível porque, no pós-II Guerra, certos pensadores atreveram-se a desafiar os paradigmas reinantes e a pensar uma contra-utopia. Num tempo em que o capitalismo, sob ameaça, estava disposto a fazer grandes concessões, intelectuais como o austríaco Friederich Hayek articularam, na chamada Sociedade Mont Pelerin, a reafirmação dos valores do sistema [4]. Seus objetivos parecem hoje desprezíveis, mas sua coragem foi admirável. Eles demonstraram que há espaço, em todas as épocas, para enfrentar as certezas em vigor e pensar futuros alternativos. Não será o momento de construir um novo pós-capitalismo?

[1] Em 12/9, o banco de investimentos Lehman Brothers quebrou, depois que as autoridades monetárias recusaram-se a resgatá-lo. No mesmo dia, o Merrill Lynch anunciou sua venda para o Bank of America. Em 15/9, a mega-seguradora AIG (a maior do mundo, até há alguns meses) anunciou que estava insolvente, sendo nacionalizada no dia seguinte com aporte estatal de US\$ 85 bilhões

[2] O Fortis foi semi-nacionalizado pelos governos da Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O Dexia recebeu uma injeção de 6,4 bilhões de euros, patrocinada pelos governos da França e Bélgica. O Reino Unido nacionalizou o Bradford & Bingley (especialista em hipotecas), vendendo parte de seus ativos para o espanhol Santander. O Hypo Real Estate segundo maior banco hipotecário alemão entrou numa operação de resgate cujo custo podia chegar a 50 bilhões de euros, mas cujo sucesso ainda não estava assegurado, em 5/9. A Islândia nacionalizou o Glitnir, seu terceiro maior banco

[3] Alemanha, França, Reino Unido e Itália, os membros europeus do G-8

[4] Sobre a contra-utopia hayekiana, ler, no Le Monde Diplomatique, "Pensando o Impensável", de Serge Halimi (Antonio Martins) (*Le Monde Diplomatique*, 06.10.2008 - atualizado em 07.10.2008)